



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Pós-graduação Educação: Currículo
Revista E-Curriculum ISSN: 1809-3876
<http://www.pucsp.br/ecurriculum>

**A PRÁXIS EDUCATIVA NA PERSPECTIVA DE UM CURRÍCULO ORIENTADO
PELOS PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**THE EDUCATIVE PRÁXIS IN THE PERSPECTIVE OF A CURRICULUM GUIDED
FOR THE ENVIRONMENTAL EDUCATION**

BIGLIARDI, Rossane Vinhas

rossanevb@hotmail.com

CRUZ, Ricardo Gauterio

ricardo_gcruz@hotmail.com



Revista E-Curriculum, São Paulo, v. 2, n. 2, junho de 2007.
<http://www.pucsp.br/ecurriculum>

RESUMO:

Este trabalho pretende desenvolver uma reflexão que venha a contribuir para a aproximação da práxis pedagógica referente ao processo educativo com os pressupostos éticos da Educação Ambiental Emancipatória, Crítica e Transformadora (Loureiro, 2004). Com tais princípios se intenta favorecer condições de superação da situação de opressão inerente ao modelo capitalista em vigor em nossa sociedade. Princípios tais como: solidariedade, participação, cooperação, autonomia, co-responsabilidade, democracia, entre outros, deverão pautar as inter-relações cotidianas na escola e na vida de uma forma geral. Para isso, faz-se primordial a reconstrução dos pressupostos que nortearão as propostas curriculares, os planejamentos educacionais, tanto em dimensão individual, quanto coletiva; tanto avaliando aspectos locais, quanto globais.

PALAVRAS-CHAVE: Paradigma Societário; Educação Ambiental; Práxis Pedagógica.

ABSTRACT:

This article intends to develop a reflection that comes to contribute for the approach of the pedagogical praxis referring to the educative process with the ethical estimated ones of the Environmental Education, Critical and Transforming (Loureiro, 2004). With such principles if it intends to favor conditions of overcoming of the situation of inherent oppression to the capitalist model in vigor in our society. Principles such as: solidarity, participation, cooperation, autonomy, co-responsibility, democracy, among others, will have to mark the daily Inter-relations in the school and the life of a general form. For this, the reconstruction of the estimated ones that becomes primordial they will guide the curricular proposals, the educational goals, as much in individual dimension, how much collective; as much evaluating local, how much global aspects.

KEY-WORDS: Society Paradigm; Environmental Education; Pedagogical Praxis

1 INTRODUÇÃO

Esta análise pretende refletir sobre o tema *Práxis Educativa*, propondo como princípios balizadores os pressupostos da Educação Ambiental, entendendo não ser possível a efetivação de um processo educativo que se caracterize como



emancipatório, democrático, promotor de autonomia e cidadania sem a alteração dos pressupostos éticos que, tradicionalmente, norteiam as decisões educacionais. A partir disso, faz-se necessário que se traga à consideração elementos pertinentes a essa rede de interações sócio-educacionais, sem perder de vista suas implicações de cunho filosófico, econômico, histórico, cultural. Analisar o papel da Educação e, mais especificamente, do processo educativo e sua relação com a proposta curricular, faz-se extremamente relevante, pois tais aspectos do ambiente educacional mantêm íntima relação com o paradigma societário prevalente e com os princípios éticos que o orientam.

Não se pode admitir uma proposta de desenvolvimento que esteja pautada exclusivamente ou preponderantemente em propósitos econômicos; é preciso sim, adotar critérios parametrizados por um modelo equilibrado ecologicamente e ético-socialmente. Obviamente, não se pode pensar em uma análise satisfatória a respeito do modelo de desenvolvimento humano que orienta a atitude mundial, sem incluir nessa crítica componentes econômicos, políticos, técnicos, históricos, morais, estéticos, além dos físico-naturais.

Novo (1996) afirma existir uma forte correspondência entre os princípios que determinam o comportamento econômico dos grupos e as bases éticas que os inspiram e justificam. A partir disso, propõe a análise do assunto, questionando se são os critérios éticos que determinam as decisões econômicas ou se, sendo os princípios econômicos tão determinantes, acabam por gerar parâmetros éticos justificativos para legitimar tais opções. A realidade leva a crer que é a segunda alternativa que se tem feito valer.

2 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO

Uma concepção de Educação adequada para este estudo apresenta um enfoque bastante amplo, trazendo em si a premissa da contextualização e



flexibilidade. Assim, Libâneo considera a Educação como um acontecimento sempre em transformação. E afirma que

(...) entender, pois, a educação como mero ajustamento a expectativas e exigências da sociedade existente significa desconhecer a constituição histórico-social do conceito de educação. A educação nunca pode ser a mesma em todas as épocas e lugares devido a seu caráter socialmente determinado (2000, p. 72).

Considera-se, com fundamentação em Depresbiteris, que

(...) se a concepção de Educação for ampla, considerada como uma prática social, uma atividade humana concreta e histórica, que se determina no bojo das relações sociais entre as classes e se constitui, ela mesma, em uma das formas concretas de tais relações, haverá uma busca constante de coerência entre as diversas ações das instituições de ensino para a formação de um ser social consciente e participativo (1999, p.29).

Assim, Lopez Velasco conceitua, em concordância com Paulo Freire, a Educação como “sinônimo de conscientização”, em que se faz marcante o desvelamento crítico da realidade que conduza à ação transformadora sobre esta, buscando a “construção de uma comunidade humana sem opressores nem oprimidos” (1998, p. 32).

Entendendo a prática educativa como um fenômeno de constituição histórico-social, se pode afirmar que

a escola não é somente uma instituição social capitalista e, por isso, aferidora e classificadora. Ela é, dialeticamente, numa sociedade burguesa, um instrumento de alienação e de libertação, pois tanto ela pode meramente reproduzir os esquemas de discriminação e seletividade extra-escolares, como pode permitir a organização da reflexão dos dominados sobre as determinações sociais e sobre sua superação. Ela tanto pode ser o instrumento, por excelência, de reforço e manutenção do status quo, como pode ser o meio onde os alunos constroem seus instrumentos de intervenção na realidade – qualitativamente superiores -, de modo a mudar o sentido dos processos sociais para os interesses dos dominados (Romão, 2001, p.21).



Com o predomínio da lógica econômica é produzido um efeito profundamente negativo, pois, gradativamente, impõe-se como uma evidência, inclusive para os jovens e seus pais, a idéia de que se vai à escola para, mais tarde, ter uma profissão que possibilite a ascensão na escala social. A escola como lugar de saber e de cultura desaparece aos poucos por trás da escola como meio de inserção profissional e ascensão financeira.

Todo programa pedagógico, todo currículo, todo método pedagógico tem uma dimensão política. Por trás do que às vezes parece ser uma escolha técnica, operam valores éticos e políticos, uma determinada representação do ser humano, da sociedade, das relações que cada um deve manter com o mundo, com os outros, consigo mesmo.

Contribuindo com esta linha de compreensão, Loureiro afirma que

a ação emancipatória é o meio reflexivo, crítico e autocrítico contínuo, pelo qual podemos romper com a barbárie do padrão vigente de sociedade e de civilização, em um processo que parte pelo sujeito, estabelecendo experiências formativas, escolares ou não, em que a reflexão problematizadora da totalidade, apoiada numa ação consciente e política, propicia a construção de sua dinâmica (2004, p. 32).

Santomé (1998) afirma que, apesar de os discursos conservadores e liberais pretenderem dissimular esta idiossincrasia, educar é uma ação profundamente política e ética. A Educação, em nosso país, é caracterizada como altamente seletiva, visto que poucos alunos têm acesso ao ensino médio e superior. Evidentemente, não bastaria permitir o acesso a todos – ou a grande parte dos cidadãos – mas sim, faz-se condicionante que a Educação oferecida realmente tenha a qualificação de reduzir os acentuados níveis de desigualdade de oportunidades entre os diversos grupos sociais.

Conforme contribui Costa,



(...)a evolução do saber técnico/científico/filosófico precisa procurar proporcionar às pessoas, de uma maneira geral, uma visão da complexidade do mundo que lhes permita compreender e agir na sociedade em que vivem, capacitando-as para o exercício da autonomia, da solidariedade e da liberdade, como também preparando-as para lidar com as dependências e as incertezas do futuro (2002, p.149).

Para isso, enfocando especificamente o âmbito educacional, é preciso que se promova oportunidades pedagógicas que venham a favorecer a concretização efetiva de direitos sociais e culturais dos cidadãos. É preciso pensar a Educação como um movimento ético que leva, necessariamente, à profunda indagação sobre a gênese dos problemas sociais, através da observação, reflexão, investigação acerca das situações concretas que se apresentam. Por esta razão, este movimento orientado por tal princípio, fatalmente irá levar às necessárias transformações de fundo conceitual e metodológico.

No Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global estão definidos alguns princípios balizadores para a Educação, entre eles, vale destacar que “a Educação Ambiental não é neutra, mas ideológica (...) deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas (...)” (GTONG, 1992, p. 2).

O que se faz necessário, para isso, é a construção de um novo paradigma em que haja o estabelecimento de relações consistentes entre o conhecimento científico, as inovações técnicas e as inadiáveis mudanças sociais em favor da sustentabilidade econômica, social e ecológica, buscando um paradigma que se demonstre capaz de enfrentar a diversidade da condição humana, as diferentes dimensões da realidade.

Na concepção de Loureiro, caber à Educação Ambiental



gerar um sentido de responsabilidade social e planetária que considere o lugar ocupado pelos diferentes grupos sociais, a desigualdade no acesso e uso dos bens naturais e nos efeitos desse processo, as diferentes culturas e modos de entender a ameaça à vida no planeta, problematizando as ideologias e interesses existentes por trás dos múltiplos modelos de sociedades sustentáveis que buscam se afirmar no debate ambientalista (2004, p.58).

Como objetivos da Educação Ambiental, precisa-se destacar uma mudança de mentalidade e a participação individual e coletiva dos cidadãos, procurando desenvolver valores baseados nos conceitos de democracia, tolerância, solidariedade, ética, compromisso individual e social, cidadania, entre outros.

Jacobi, contribuindo com a reflexão, afirma que a Educação Ambiental deve desenvolver “a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas” (2001, p.431). Daí é possível deduzir que é papel da Educação, em especial daquela adjetivada de Ambiental, potencializar a capacidade crítica e criativa do aluno.

O que o educador ambiental precisa apontar frente ao panorama real verificado em nossa sociedade, na tentativa de adoção de outros parâmetros que não aqueles exclusivamente econômicos para a tomada de decisão, é uma muito necessária e desafiadora tarefa de delimitação do âmbito da ética como instância anterior e regente das decisões e encaminhamentos da sociedade, incluindo, obviamente, os aspectos referentes à economia.

É preciso que todos os envolvidos no processo pedagógico estejam dispostos a utilizar as brechas existentes nos seus espaços de atuação; é imprescindível que busquem construir objetivos coletivos, de forma a utilizar o aparelho institucional para a conquista do bem comum.



Para tanto, é preciso desenvolver nos professores, alunos e todos os envolvidos na instituição escolar, a tomada de consciência a respeito das bases éticas e dos valores em que se pauta nossa sociedade. É igualmente importante que se estimule a participação responsável, a tomada de decisões, a busca pelo conhecimento dos modelos de intervenção junto ao meio ambiente.

Daí, pensar que o espaço pedagógico, nesta perspectiva, se apresentará como alternativa de produção de conhecimentos e de práticas sociais que possam atender às demandas do mundo contemporâneo. Esse raciocínio está amparado no entendimento de que o papel da Educação, enquanto mediadora entre o conhecimento e os alunos, deve ser coerente com a promoção de cidadania responsável, solidária, pautada em princípios de respeito com gerações futuras e com a herança cultural e natural a elas destinada como consequência de nossa passagem pelo planeta.

Dentro desta proposição encontra-se um entendimento da escola como um espaço de possibilidades, no qual há condições de compreensão e articulação dinâmica dos conhecimentos. A educação disciplinar do mundo desenvolvido traz conhecimentos, sim, mas gera uma incapacidade intelectual de reconhecer os problemas fundamentais e globais. (MORIN, 1977).

A esse respeito, Coelho contribui afirmando haver

(...) uma inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas e, por outro lado, realidades e problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários (2004, p.50).

É claro que a instituição escolar, como se encontra organizada tradicionalmente, não contempla as condições para esta Educação Ambiental que julgamos necessária. Por exemplo, a descentralização e flexibilização do currículo são base fundamental para a realidade das propostas. O trabalho em



caráter interdisciplinar também é condição para a ambientalização dos currículos; fazendo com que a Educação Ambiental impregne todo o processo educativo.

Tendo presente que a compreensão/intervenção tradicionalmente adotada pela educação institucionalizada estava fundada nos princípios de uma ciência compartimentada, fragmentada, disciplinada, nos parece condicionante e urgente a ruptura com tal paradigma simplificador de compreensão da realidade. Não simplesmente para transgredir, para subverter a ordem, mas para buscar um paradigma capaz de enfrentar as diferentes dimensões da realidade, a multiplicidade, a individualidade, ou seja, a diversidade da condição humana.

Acreditando na escola como espaço de possibilidades, se partiria do pressuposto de que haveria a configuração de um processo educativo pontuado por princípios da incerteza, da contradição, da democracia, justiça, solidariedade, diversidade, diferença, interdependência, cooperação, alteridade, multidimensionalidade, pluralismo, pensamento crítico, reflexivo, autonomia responsável. Assim, estaria-se construindo uma proposição de superação às análises reducionistas, fragmentárias, simplificadoras, baseadas em linearidades e binarismos.

Vale lembrar que, na opinião de Gimeno Sacristán (1998), do ponto de vista pedagógico, o importante para o currículo é considerar a experiência vivida pelo aluno; e a posição de Silva (1999, p. 14) de que o aspecto fundamental em discussões sobre currículo é a discussão acerca da definição de qual conhecimento deve ser ensinado.

É importante lembrar que o que se planeja ou se prevê nem sempre ocorre como o previsto. Shenhouse (1984, p.27) afirma que “uma coisa é o currículo considerado como uma intenção, um plano, ou uma prescrição que explica o que desejaríamos que ocorresse nas escolas, outra o que existe nelas”. O currículo precisa ser entendido como a cultura real que surge de uma série de



processos, a alteração ou permanência desses processos é o que nos dará a mudança ou reprodução da realidade vigente (Gimeno Sacristán, 1998).

Porém, os conteúdos que são objeto de atenção explícita na maioria das instituições escolares é ditada pelas culturas hegemônicas, ao passo que a cultura dos grupos sociais marginalizados costuma ser silenciada, ou mesmo estereotipada e deformada para anular suas possibilidades de reação à tal marginalização (SANTOMÉ, 1998).

No processo educacional institucional tradicional, se implementam recortes da cultura selecionados como conteúdos pedagógicos. Assim a escola elege uma parcela da cultura acumulada pela coletividade e que passa a ser tratada como a cultura legítima oficial e até a totalidade da cultura. Desconsiderando, dessa forma, as diferentes culturas que participam da constituição dos diversos grupos sociais componentes do processo educativo.

Lampert (1999), argumentando no sentido do rompimento com a cultura hegemônica no currículo escolar, afirmando que ela normalmente é imposta pelo poder, que precisa ser desestabilizada, criticado, para dar lugar às diferenças raciais, étnicas e de identidade, ou seja, ao multiculturalismo.

Daí, afirmar, Gimeno Sacristán, que,

Uma primeira medida para dar sentido a essa democratização, coerente com a pretensão de multiculturalidade, é exigir que o debate para decidir o que vai ser o conteúdo no qual se ocupará o tempo, a mente e a experiência dos escolares, saia do âmbito das decisões burocráticas. (...) O debate curricular na sociedade democrática tem que ser um grande debate sobre opções culturais (1998, p. 112).

Assim, se faz necessária a doação de práticas pedagógicas – ou, de uma práxis educativa – “coerente com currículos flexíveis e com princípios de igualdade de oportunidades e de sucesso para todos” (Moreira; Macedo, 2002, p.139). Para tanto, é inequívoca a afirmação de



que o processo de escolarização enquanto favorecedor da formação de cidadãos ativos e críticos deve pautar-se por implementação de projetos curriculares que privilegiam o pensar e o agir em vivências cotidianas, com práticas pedagógicas, inclusive as avaliativas, voltadas para a construção de conhecimento (SANTOMÉ, 1998).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem grandes possibilidades, no âmbito da educação institucional, para que se possa desenvolver a consciência e a compreensão das implicações oriundas das decisões, locais e globais, sobre o meio ambiente. A educação formal, por meio da inserção de noções de sustentabilidade ambiental e de questões relacionadas à promoção da justiça social, tem grande potencialidade para conduzir a superação dos tradicionais modelos de desenvolvimento econômico, caracterizado por fortes impactos negativos sobre a sociedade e o meio ambiente.

Há que se destacar, no entanto, que se faz necessário, não apenas uma inovação conceitual em termos de Educação, mas uma autentica revolução metodológica que conduza à interdisciplinaridade, à transdisciplinaridade, e à métodos ativos e participativos de resolução de problemas, e acima de tudo, que conduza à reflexão acerca dos princípios que guiam nossas ações e que balizam a reprodução da vida em sociedade.

Sabemos que é possível produzir sem destruir o meio ambiente, garantindo, ao mesmo tempo, a justiça social e o suprimento das necessidades humanas. Porém, para tanto, é preciso que se supere o descompasso entre discurso – das autoridades e comunidade em geral, nas conferências sobre o meio ambiente, por exemplo – e a prática, vivenciada todos os dias, de forma bem mais trágica e traumática pelos grupos sociais menos favorecidos.



É preciso, portanto, estabelecer um contraponto aos tradicionais modelos de desenvolvimento, construindo um novo referencial que pretenda a redução dos desequilíbrios sociais, acreditando que a relação do ser humano como o meio ambiente chegou a um estágio de estrangulamento, que exige o repensar de valores, crenças, práticas e políticas. Desta forma, parece pertinente afirmar que a Educação Ambiental, e o Educador Ambiental, trabalham pela mudança, entendendo o conhecimento como construção social.

Assim, reiteramos, a descentralização e flexibilização do currículo são base fundamental para realização desta proposta. E o trabalho em caráter inter e transdisciplinar é condição para a *ambientalização* do currículo, fazendo com que a Educação Ambiental impregne todo o processo educativo.

REFERÊNCIAS

DEPRESBITERIS, L. **O desafio da avaliação da aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora.**São Paulo, EPU, 1999.

GIMENO SACRISTÁN, J. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, T.T. da; MOREIRA, A.F.(orgs.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais.** Petrópolis: Vozes, 1998, p.82-113.

GRUPO DE TRABALHO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS(GTONG).**Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.** RJ, 8-14 de jun., 1992.

JACOBI, P. Meio ambiente e educação para a cidadania: o que está em jogo nas grandes cidades. In: SANTOS, J. E.; SATO, M.(Orgs.) **A contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora.**São Paulo, RIMA, 2001.

LOPEZ VELASCO, S. Notas filosóficas sobre a pedagogia da educação ambiental. **Ambiente e Educação**, vol. 3, Ed. FURG, Rio Grande, 1998, p.31-47.

LOUREIRO, C. F. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.**São Paulo, Cortez, 2004.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; MACEDO, Elizabeth Fernandes de(Orgs.). **Currículo,**

Práticas Pedagógicas e Identidades. Porto:Ed. Porto, 2002.



MORIN, E. **O método I: a natureza da natureza**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

NOVO, M. **La Educación Ambiental: Bases éticas, conceptuales y metodológicas**. Madrid: Universitas, 1996.

ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, v. 2, 2001.

SANTOMÉ, J. T. Os Conteúdos Culturais, a Diversidade Cultural e a Função das Instituições Escolares. IN: SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinariedade: o conteúdo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.p.129-152

SILVA, T. T. da. Teorias do currículo: o que é isto? In: SILVA, T. T. da (org.). **Documento de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 11-20.

STENHOUSE, L. Investigación y desarrollo del curriculum. Madri: Morata, 1984. Apud GIMENO SACRISTÁN, J. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, T.T. da; MOREIRA, A.F.(orgs.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1998, p.82-113.

Recebido em 30/03/2007

Aceito em: 2 de junho de 2007

Para citar este trabalho:

BIGLIARDI, Rossane Vinhas; CRUZ, Ricardo Gauterio. A Práxis educativa na perspectiva de um currículo orientado pelos pressupostos da educação ambiental. **Revista E-Curriculum**, v. 2, n. 2, junho de 2007. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecurriculum> . Acessado em : __/__/__.

Breve Currículo dos Autores:

Rossane Vinhas Bigliardi é Pedagoga (FURG), Especialista em Educação Brasileira (FURG) e Mestre em Educação Ambiental (FURG), e atua como pesquisadora no grupo de pesquisa Políticas Públicas, Educação Continuada, Currículo, Formação de Professores e Avaliação Educacional (PECFA)

Ricardo Gauterio Cruz é graduando em Administração de Empresas (FURG), e atua como pesquisador nos seguintes grupos de pesquisa: Centro de Estudos Urbano-Portuário-Industrial do Rio Grande (CEUPIRG) e Centro de Estudos Jurídico-Econômicos (CEJE).

